

ATA Nº10

----- **Ata da sessão extraordinária, da Assembleia Municipal de Vagos, realizada no dia 28 de outubro de dois mil e vinte e dois.** -----

----- Ao vigésimo oitavo dia do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, pelas dezoito horas e cinquenta minutos, no Auditório do Centro de Educação e Recreio em Vagos, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em sessão extraordinária, sob a Presidência do senhor Rui Manuel Domingues Santos, secretariado pela senhora Madalena Marques Santos Simões Pinto, e o Senhor Tony Richard de Oliveira Almeida, com a seguinte **ordem de trabalhos**: -----

----- **A – Intervenção do Público;** -----

----- **B – Período da “ordem de trabalhos”:** -----

----- **PONTO UM: CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS – ADITAMENTO;** -----

----- **PONTO DOIS: DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DE DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL – APROVAÇÃO.** -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: ---

----- Juan Carlos Ferreira Martins, José Augusto Ferreira Martins, Nuno Roberto Rodrigues Moura, Victor Fernando Santos Neto, Liliana dos Santos Barreira, Hugo Emanuel da Silva Ribeiro Jorge, Sérgio Domingos em substituição de Andreia Pereira Santos Marques, André Xavier Cruz em substituição de Sérgio Manuel Jesus Martins, eleitos na lista do PSD. -----

----- Óscar Lopes Francisco, Diana Ferreira Julião, Rodrigo dos Santos Capeloa e António Bastião, em substituição de Alexandre Ferreira Marques, Maria Lúcia em substituição de Rogério Soares, eleitos na lista do CDS. -----

----- Óscar Manuel de Oliveira Gaspar e Carla Gouveia, em substituição de Bruno Marcelo Regalado Julião, eleitos na lista do PS. -----

----- Sidónio Santos Sansana, eleito na lista do CHEGA. -----

----- Igualmente compareceram os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: Arlindo das Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora; Hugo Miguel Nunes Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ouça; Marisa Santos Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina; João Paulo das Neves Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos; Nelson Costa Cheganças, Presidente da Junta de Freguesia de Soza, e Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Faltaram à presente sessão os senhores Deputados Filipe Tiago da Silva Ribeiro Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão; Albano Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; Andreia Marques; Bruno Julião; Alexandre Ferreira Marques; Maria Helena Marques dos Santos; Rogério Paulo Soares; Sérgio Martins e Xavier Prior.

-

----- Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o senhor Presidente da Câmara Municipal, senhor Silvério Rodrigues Regalado, o senhor Vice-Presidente, João Paulo Sousa Gonçalves, os Vereadores, senhora Maria do Céu Pereira Sarabando Marques, a senhora Sara Raquel Rodrigues Caladé, o senhor Pedro Miguel Carvalhais Bento e a senhora Susana Maria Ferreira Gravato. -----

----- **A – Intervenção do Público;** -----

----- Paulo Jorge Grave – O senhor Paulo Grave usou da palavra e referiu-se às passadeiras, assunto já abordado na sessão de setembro, e perguntou o que é que falta para elas serem pintadas, porque a Câmara Municipal adquiriu um equipamento para esse efeito, mas continuam por pintar. Em relação à Urbanização do S. João, que não tem a certeza ser esse o nome, e pensa que a estrada passou a ser via pública. Se realmente passou a via pública deverão ser colocados sinais de STOP, porque o que é que vai acontecer um dia destes é que alguém não vai dar prioridade, quem se apresentar pela direita, e causar problemas. Por fim, referiu-se à Rua do Ribeiro e à situação degradante que ali se passa, o acesso está completamente fechado, carros velhos no meio do mato e não se consegue sequer passar a pé. É uma questão do senhor Presidente passar por lá um dia destes e ver a situação. -----

----- Johnny Pedrogam Dias – O senhor Johnny Pedrogam Dias usou da palavra e tal como referiu na sessão de setembro a iluminação no Bairro de São João continua igual, ou seja, um poste sem luz e as floreiras no estacionamento continuam no mesmo sítio a ocupar o espaço dos carros, onde o estacionamento já é pouco. Na Rua da Capela, em Salgueiro, andaram a colocar tubos para as águas pluviais passarem e estragaram as valetas. Para entrar na moradia número oitenta e um, oitenta e três e oitenta e cinco, com este tempo, só de galochas. Foi prometido que se ganhassem as eleições fariam os passeios e as águas pluviais, mas até ao dia de hoje nada e as eleições já foram há algum tempo. -----

----- Elpídio Reis – O senhor Elpídio Reis usou da palavra e referiu que ocorreu uma rotura de uma conduta, no dia vinte deste mês, e pretende saber o que aconteceu. Na Rua da Estrada, em Ouca, há muitos problemas, em frente à Junta de Freguesia, porque os carros passam em grande velocidade e, por isso, pergunta se há a possibilidade de a Câmara Municipal colocar lá uma lombada. Em frente à Junta de Freguesia há uma passadeira e seria bom fazer aí uma elevação, se fosse possível. Em relação à situação do Cruzeiro, já aqui abordada na última sessão, o senhor Presidente referiu que naquele local é impossível construir uma rotunda, e o senhor Elpídio concorda. Contudo, ter-se-á de fazer alguma coisa, talvez trocar o sinal de STOP colocando um na Rua Professor Ernesto e eliminar o primeiro STOP que está na Rua do Barreiro, sentido Igreja-Cruzeiro. -----

----- João Luís Pinho Santos – O senhor João Luís Santos usou da palavra e referiu que pretendia apenas fazer alguns esclarecimentos. Em primeiro lugar o seu nome, é João Luís Pinho Santos, e Carramão não é alcunha é mesmo nome familiar. Em relação à Feira da Batata Doce quando na última sessão referiu que se estava a politizar a Feira não foi com segundas intenções ou com intenção de maldade. O senhor João Luís está aqui como público e ouvir dizer que estava a acusar

alguém que até está em fim de mandato não foi essa a sua intenção. O que ele quis evidenciar é um produto que está a sair imenso, um produto endógeno desta terra, anteriormente só cultivado no lugar de Santo António, e foi aí que tentou chegar e não como político, não é político, está aqui como público. Quanto à faixa de combustível, e da plantação dos eucaliptos a cinquenta metros da estrada, até agora nada foi feito. O senhor Presidente falou das faixas, que já gastaram sessenta mil euros a limpar faixas, por causa dos fogos e tem razão, gasta-se muito dinheiro e mal gasto, porque quem devia limpar eram os donos dos terrenos. E em relação a isso há quatro mil hectares para limpar, que é quanto medem as faixas no Concelho de Vagos, o que dará quatro milhões de euros. A Câmara Municipal não tem orçamento para essa situação, então tem de fazer alguma coisa e deverá começar por sensibilizar o povo e começar por uma estrada e tirar cinquenta metros de eucaliptos, porque não passa um camião e um carro ligeiro. O senhor João Luís só fez alertas não fez acusações, porque vem aqui como público e não como político que nunca foi. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões colocadas e em relação às passeadeiras esclareceu que o Concelho é muito extenso e há muitos trabalhos e nem sempre se consegue fazer um ou outro que os cidadãos consideram essenciais, porque surge sempre outras coisas. O senhor Presidente não sabe o que é que neste momento anda a fazer a equipa de pinturas, mas acredita que ande a trabalhar e, portanto, ainda não teve oportunidade e a seu tempo essa tarefa será executada, não é por falta de vontade. Este alerta será tido em boa nota e logo que possível o trabalho será executado, assim que haja disponibilidade da equipa. O senhor Presidente agradece a todos aqueles que vem aqui como público, sendo ou não políticos, a maior parte das pessoas que intervêm tem uma ação política, mas, ainda assim, é importante que venham e que coloquem aqui as questões e que se aproveite este momento para discutir, trocar opiniões e prestar alguns esclarecimentos, que é para isso que a Câmara Municipal aqui está. O senhor Presidente sempre foi daqueles que defendeu que as pessoas deviam vir aqui expor os problemas e colocar as questões que querem ver esclarecidas. Relativamente à Urbanização de São João foi um loteamento, teve obras de loteamento que foram rececionadas, e parte-se do princípio que a sinalização vertical estaria prevista. Ela provavelmente já lá esteve, pode ter sido roubada, mas ter-se-á de verificar a situação para perceber o que aconteceu e colocar lá os sinais de STOP que é o mais importante. Quanto à questão da Rua do Ribeiro o senhor Presidente informou de que está prevista uma intervenção para essa zona com alguma urgência, porque agora com o inverno piora ainda mais, e acentua a falta de condições daquela estrada. No que respeita à iluminação do Bairro de São João há um poste que está avariado e irá ser reparado assim que for possível, já foi solicitado. As floreiras ter-se-á de ver que andamento é que os serviços deram a esta questão. Em relação à Rua da Capela, em Salgueiro, o senhor Presidente não entendeu bem a questão, porque o senhor Johnny referiu que estragaram as valetas porque alguém fez uma intervenção. Se está a haver uma intervenção será para resolver o problema, e é evidente que uma obra requer sempre que se destrua para depois contruir, isso é o normal, mas irá verificar o que é que se está a passar apesar de uma intervenção causar sempre alguns constrangimentos às pessoas que lá vivem. Em

relação à rotura, que aconteceu já depois da Câmara Municipal ter pavimentado a estrada, não teve nada a ver com a intervenção que foi feita na estrada, deveu-se a um excesso de caudal naquele dia, provavelmente causado por alguma infiltração provocada pela chuva, porque nesse dia choveu bastante. A situação está reparada e aquilo que foi falado com as Águas da Região de Aveiro, que à partida é a entidade responsável por aquela rotura, e não as Águas do Centro Litoral como o senhor Presidente referiu numa primeira abordagem a esse assunto, pois era a informação que tinha, é aguardar uns dias e depois terá de repor a estrada tal e qual como deveria de estar. O assunto está a ser acompanhado tanto pela AdRA como pela Câmara Municipal. Em relação à Rua da Estrada esse pedido, de colocação de lombas, também já havia sido feito pela Junta de Freguesia e essa é a velha discussão das lombas, ou seja, coloca-se lombas as pessoas queixam-se, não tem lombas as pessoas queixam-se da velocidade, isto é a democracia a funcionar. A Câmara Municipal está a estudar uma solução, já tinha definido algumas coisas há algum tempo e, entretanto, verificou que há outros Município à volta que estão a aplicar a mesma solução, que são aquelas lombas numa parte da estrada. O que se pretende é criar as melhores condições de segurança para quem circula a pé e de carro e neste “jogo” ter-se-á de encontrar os equilíbrios certos que vá de encontro às necessidades. Relativamente ao Cruzeiro não dá para construir uma rotunda, já havia sido referido isso, mas terá de se estudar uma alternativa e os serviços da Câmara Municipal já estão a fazer isso, terá de se reunir com a Junta de Freguesia e chegar a uma solução que sirva o interesse de todos. Ali há uma outra questão, que está a ser abordada com a Junta de Freguesia, que já há algum tempo solicitou que as estradas se tornassem todas de sentido único. No entanto, há algumas dificuldades na implementação dessa ideia por causa do troço principal, que é aquele que passa em frente à farmácia. Objetivamente, mais cedo ou mais tarde, terá de se arranjar uma solução para aquele espaço todo e o senhor Presidente compromete-se a estudar essa questão com o senhor Presidente da Junta que também tem bastante interesse em resolver esta situação. Em relação às questões do senhor João Luís, que conhece há muitos anos, o senhor Presidente tenta respeitar a posição de todas as pessoas que aqui vem, mas se em algum momento foi mal interpretado não tem qualquer problema em pedir desculpas e reconhecer que às vezes no calor da discussão pode ter dito alguma coisa menos agradável. Em relação à questão concreta sobre a Feira da Batata Doce o senhor João ainda hoje referiu que foi o próprio a dizer que se estava a politizar o evento e o senhor Presidente entendeu isso como uma acusação e foi por isso que respondeu daquela forma. Relativamente às faixas de combustível, e aos hectares que referiu, aquilo que o senhor João viu está correto, segundo o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, que deixará de estar em vigor quando o novo Sistema Integrado da Gestão de Riscos, em princípio no dia um de janeiro de dois mil e vinte e três, e que tem uma contextualização um pouco diferente. Os Planos Municipais deixam de estar em vigor e passam a ser os Planos Sub-regionais, no âmbito da Comunidade Intermunicipal com as ações para cada um dos Municípios. O Plano que hoje está em vigor prevê que a gestão das faixas seja feita de forma parcelar. Não se consegue ter quatro milhões de euros disponíveis para limpar faixas, até porque daqui por três ou quatro anos, dependendo do clima, ter-se-á as mesmas

faixas para limpar. Não há nenhuma Câmara Municipal no País que tenha capacidade de manter as faixas de gestão sempre limpas. Assim sendo, a primeira coisa a fazer é fiscalizar as situações que estão a usar mais do que aquilo que podem, nomeadamente a plantação de eucaliptos que o senhor João Luís referiu, e que o senhor Presidente irá tomar nota onde é para ir verificar a situação. Tem de se evitar que estas situações aconteçam e cuidar daquilo que está no PMDFCI para fazer as intervenções ano a ano, porque é a isso que a Câmara Municipal está obrigada e é isso que pode levar a que o próprio Executivo da Câmara Municipal, e o próprio Presidente da Câmara, se não fizerem a limpeza das faixas e alguma coisa aconteça, possa ir parar ao banco dos réus como já aconteceu com outros autarcas deste país. É mesmo uma obrigação da Câmara Municipal cumprir a limpeza das faixas, mas a obrigação é sempre dos particulares, a Câmara Municipal pode substituir, é isso que diz a lei. Contudo, também não parece justo e esta questão tem de ser bem debatida porque há terrenos que não justificam estes gastos, em vez de lucro ainda estão a dar despesa. Tem que haver um mecanismo que salvguarde tudo isto e no âmbito da nova lei de bases da Proteção Civil o que está a ser estudado é que haja uma compensação. No concelho de Vagos havia uma quantidade interessante de propriedades já registadas, porque a Câmara Municipal tinha feito parte de um projeto piloto há uns anos atrás, onde as pessoas colocaram marcos nos terrenos e os registaram. Neste momento está a ser feita uma atualização através do BUPI. As pessoas são todas obrigadas a registar os terrenos rústicos no BUPI, pois é uma forma de se saber de quem são para depois poder tomar as medidas necessárias para fazer cumprir a lei. O senhor Presidente é a favor da agregação de parcelas de terrenos e da criação de associações de produtores florestais que possam explorar áreas interessantes, porque ninguém vai explorar um hectare de terreno, e mesmo um hectare de terreno aqui em Vagos já não é algo muito normal, é uma coisa rara. Muitas das vezes fala-se em parcelas de 100m² e 200m², e o senhor Presidente tem essa experiência através do trabalho que tem vindo a ser feito na Mais Vagos e sabe da realidade parcelar que o Concelho tem. O cadastro é fundamental, apostar na limpeza das faixas, mas terá de haver uma compensação aos proprietários, porque caso contrário não fazem a limpeza e vai ter de sobrar sempre essa fatura para os Municípios embora depois haja a possibilidade de fazer o ressarcimento das despesas através de uma notificação aos proprietários. Esta é uma tarefa muito difícil e só se resolve quando houver a possibilidade de colocar os terrenos florestais a render dinheiro às pessoas, que só se resolve com a agregação de terrenos florestais e a criação de uma associação de produtores florestais ou usando as que já existem e Vagos até tem um dos maiores especialistas nesta área, o Eng^o Luís Sarabando. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o período da ordem de trabalhos. -----

----- **B – Período da “ordem de trabalhos”:** -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto um da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO UM: CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS –**

ADITAMENTO; -----

----- Sobre o assunto se refere a deliberação da Câmara Municipal, de 20/10/2022, que propõe à Assembleia Municipal a aprovação da minuta de Aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Serviço Público de Transporte de Passageiros, celebrado entre o Município de Vagos e a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, em 29 de junho de 2017, bem como a autorização da respetiva despesa. A proposta da Câmara Municipal vem acompanhada de todo o processo, designadamente: Informação da CDFCS e do CDGF, de 19 de outubro de 2022; Declaração de Compromisso, de 19 de outubro de 2022; Aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Serviço Público de Transporte de Passageiros, de outubro de 2022; Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Serviço Público de Transporte de Passageiros, de 29 de junho de 2017; Repartição Financeira – Compensação por Obrigações de Serviço Público pela Exploração do Sistema de Transportes Públicos da Região de Aveiro; Apêndice I – Estimativas para a despesa plurianual a prever no âmbito da Concessão SPTP CIRA, de 10 de outubro de 2022; Repartição da despesa pela Municípios – Compartição PART, de 21 de junho de 2021. -----

----- O Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- Sidónio Sansana – O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e referiu que a vertente mais prática de olhar para esta questão pode indicar que se está aqui a discutir um mero proforma com a questão da aprovação dos custos. Para começar por trás, há um contrato de delegação de competências que à partida já assusta um pouco, porque em todos os parágrafos, basicamente, diz que o Município de Vagos delega na CIRA todas as competências e isto inclui tudo o que tem a ver com a definição e gestão da rede de transportes e parece que sobra apenas a responsabilidade do Município de Vagos de pagar o que ainda não se conhece. É conhecida a posição do CHEGA, aqui todos desejam uma rede de transportes, que venham os autocarros e se não forem suficientes vai-se reivindicando até a rede se tornar suficiente. Há decisões, certamente, que ainda terão de ser afinadas, mas nesta altura em que se está a discutir o que se vai pagar, e quando nos últimos dias se teve um aumento de custos que o senhor Deputado não conseguiu perceber muito bem porque é que aparecem, é importante esclarecer a população sobre o que já está decidido sobre a rede. Já foram dados hoje aqui mais alguns detalhes, mas não era mau haver mais informação sobre o assunto; que rotas estão previstas; que veículos vão haver; que empresas é esta, que se for aquela que o senhor Deputado pensa, pode ser uma fonte de problemas por causa de um concurso com regras que afasta concorrentes credíveis. Em resumo, é preciso dar mais informação à população. -----

----- Óscar Gaspar – O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que na realidade o que se está aqui a fazer é aprovar, ou não aprovar, a realização de despesa, a inscrição desta despesa no orçamento. A fraseologia do ponto um não está muito correta, dá a ideia que os membros desta Assembleia terão de se pronunciar sobre os contratos, ou sobre o aditamento, mas

é apenas a questão financeira tal como aconteceu em dois mil e dezassete em que o Partido Socialista votou favoravelmente, como votará também hoje. O ponto de dois mil e dezassete é de facto importante, e é uma ata que vale a pena ler, as atas existem exatamente para prestar contas e para cada um dos membros responder por aquilo que fez e que disse. Na discussão que houve aqui a dezassete de fevereiro de dois mil e dezassete o PS questionou o senhor Presidente da Câmara sobre, por exemplo, o facto do tal acesso à zona industrial e aquilo que foi dito é que na lei anterior, com base na situação anterior, não era possível a Câmara Municipal interferir e promover outro tipo de rotas, nomeadamente no acesso à zona industrial, mas a partir daquele momento era possível. De fevereiro de dois mil e dezassete a final de outubro de dois mil e vinte e dois passaram cinco anos e meio e dá a impressão que este processo não andou, teve parado. O senhor Presidente da Câmara hoje vem aqui como se “agora é que é”, agora é que se vai garantir que haverá acesso à Zona Industrial de Vagos. E a questão é esta, para os vaguenses é preocupante que de facto nos últimos cinco anos e meio o senhor Presidente da Câmara tivesse dito que iria haver possibilidade de acesso à zona industrial e não houve. Ninguém aqui conhece nenhuma carreira para a Zona Industrial de Vagos. Nessa reunião o senhor Presidente também falou na possibilidade de carreiras que iam para o lugar de Nariz parar perto da Ria Blades, mas o senhor Deputado desconhece se aconteceu alguma situação dessas e pensa que não aconteceu. Uma outra matéria que foi discutida nessa Assembleia Municipal, de fevereiro de dois mil e dezassete, foi a questão da cobrança e da receita dos parquímetros e o senhor Deputado perguntou exatamente o que é que aconteceu, porque nessa altura foi dada aqui uma informação e era importante perceber se a questão se concretizou, ou não, e o que é que está previsto, em termos dos parquímetros. O senhor Deputado não sabe se funcionam, ou não, porque nunca lá colocou uma moeda, e não tenciona por, mas parte do princípio que nada funciona. Por vezes os turistas perguntam se os parquímetros funcionam e a resposta que costuma dar é que pensa que não, porque nunca viu ninguém a controlar. Apesar de querer ver esclarecida esta questão dos parquímetros a questão principal que aqui trouxe os membros a esta sessão são as linhas e as rotas no Concelho de Vagos. Infelizmente, nos últimos cinco anos, apesar de aqui se ter aprovado, não aconteceu e é muito importante que se olhe de facto para todas as Freguesias do Concelho, não se está aqui a discutir o preço do Km, e sim ver o que é que é necessário fazer e aquilo que tem de se garantir para permitir a acessibilidade das pessoas a todas as Freguesias do Concelho e que encontre forma de se circular entre elas. A generalidade das pessoas no Concelho de Vagos tem bastante idade, muitas delas sem posses, e há uma diferença enorme em haver uma rede pública ou não haver condições para chegar onde é necessário. -----

----- Óscar Lopes – O senhor Deputado Óscar Lopes usou da palavra e informou de que o grupo municipal do CDS irá votar favoravelmente esta proposta. A mobilidade dentro de um espaço geográfico como Vagos é das questões mais importantes e relevantes e dela depende o sucesso do Município. No entanto, há uma questão que gostaria de ver aqui esclarecida e que se prende com as rotas. Em relação às rotas, e já foi falado na ligação à zona industrial de Vagos, conhecidas do passado, quais são as novas que vão ser complementadas ou acrescentadas a este novo acordo?

Vai manter-se tudo igual? Perguntou. Há pouco, falou-se aqui em ajustes de tempos e de horários, e está correto, porque dentro da mobilidade muitos municípios vão, por exemplo, de Vagos para Aveiro e Ílhavo. -----

----- O Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões levantadas. Em relação à última questão do senhor Deputado Óscar Lopes esclareceu que não é este o âmbito da discussão, mas como é um assunto muito importante irá enviar ao senhor Presidente da Assembleia Municipal a informação, as peças do procedimento concursal onde se pode ver as rotas todas e o ajustamento, para ele fazer chegar aos membros da Assembleia Municipal. Não há nenhuma nova rota, ou seja, foram tidos por base alguns princípios, como por exemplo: chegar às zonas mais movimentadas do Concelho de Vagos, nomeadamente as áreas industriais; permitir a ida de e para Aveiro em horários que permitam ajustar com os horários de trabalho. Em relação às zonas industriais é complicado porque nem todas as empresas funcionam com os mesmos turnos. O que se procurou fazer foi ajustar com aquilo que é a rede de transportes escolares, porque essa também ajuda a rentabilizar a operação. Mas o senhor Presidente fará chegar a informação mais pormenorizada a todos através do senhor Presidente da Assembleia Municipal. Relativamente à questão dos parquímetros o senhor Presidente lembrou esse assunto já foi aqui discutido em Assembleia Municipal e desde que surgiu a COVID 19 que os aqueles equipamentos estão suspensos, foi aprovada a isenção no âmbito da pandemia e ainda não foi retirada. Em relação ao contrato que estava em vigor não era possível intervir e aquilo que disse há cinco anos é aquilo que diz hoje, ou seja, havendo a possibilidade de alterar as condições contratuais, num novo contrato, ir-se-ia fazê-lo e está-se a fazê-lo. A operação não está ainda fechada, não está preto no branco, e, portanto, até acontecer ainda pode haver algum revés, nada indica isso, mas nunca se sabe. A expectativa era que o procedimento pudesse ter andado mais rápido para que se pudesse o mais cedo possível servir melhor as populações, mas isso era num novo contrato, não dava para fazer alterações ao que estava já em vigor e que foi aprovado pelo IMT. O que se tentou é que houvesse um maior cumprimento, que não havia. Sobre a questão de as pessoas poderem chegar onde é necessário, o senhor Presidente concorda, e se o PS continuar a fechar serviços públicos mais necessidade há em utilizar estes transportes públicos. Em relação à intervenção do senhor Deputado Sidónio Sansana há várias incongruências no discurso, desde logo a delegação de competências, como se a CIRA fosse uma entidade externa, mas Vagos é parte da CIRA, portanto, não há nenhum problema, não se está aqui a falar de nenhuma entidade que de hoje para amanhã vá prejudicar o Município. O Município de Vagos faz parte do Conselho Intermunicipal da CIRA, da Assembleia Intermunicipal da CIRA e participa nas suas decisões e é uma parte integrante de forma igualitária no Conselho Intermunicipal tal como os outros Municípios que fazem parte, independentemente da dimensão do seu Município. Quanto à questão do aumento dos custos o senhor Presidente não entendeu, mas os custos que aqui estão para a Assembleia autorizar têm a ver com o procedimento concursal. Relativamente à questão das dúvidas que o senhor Deputado coloca sobre o procedimento concursal é algo que fica à sua responsabilidade, colocar aqui em questão o concurso, as regras do concurso e a idoneidade dos

elementos técnicos da Comunidade Intermunicipal que elaboraram as peças procedimentais, colocar em causa tudo e todos não credibiliza em nada a política. Este é um concurso público internacional e concorreu quem quis e o importante é que a empresa que ganhou venha e faça uma boa operação. -----

----- Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, **por unanimidade**, aprovar o referido Aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Serviço Público de Transporte de Passageiros, bem como autorizar a repartição plurianual e a assunção do compromisso plurianual da despesa, incluindo a autorização da sua flexibilidade de valores entre os anos de 2023 a 2030 inclusive, com a comparticipação camarária no âmbito da concessão do Serviço Público de Transporte Regular de Passageiros por modo rodoviário (Contrato de Serviço Público) de 1.146.936,62€ (valor acumulado 2023 a 2030), com IVA incluído, e a comparticipação no âmbito do PART, de 70.769,22€ (valor acumulado 2023 a 2030), a ser efetuada do seguinte modo: 2023 – 94869,71€; 2024 – 164897,57€; 2025 – 168525,31€; 2026 – 171727,29€; 2027 – 174990,12€; 2028 – 178314,93€; 2029 – 181702,91€; 2030 – 82678,00€; Total= 1217705,84€. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto dois da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO DOIS: DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DE DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL – APROVAÇÃO.** -----

---- Sobre o assunto se refere a deliberação da Câmara Municipal, de 20/10/2022, que propõe à Assembleia Municipal a desafetação do domínio público municipal da parcela de terreno com a área de 3.962 metros quadrados cedida ao município no âmbito da aprovação do alvará de loteamento nº 3/12, de 17 de agosto. -----

----- O Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- Não houve intervenções. -----

----- Deliberação: A Assembleia Municipal, no uso da competência que lhe confere a alínea q), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, **por unanimidade**, aprovar a desafetação do domínio público municipal da parcela de terreno com a área de 3.962 metros quadrados cedida ao município no âmbito da aprovação do alvará de loteamento nº 3/12, de 17 de agosto. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar não participou na votação, por fazer parte dos órgãos sociais da Mais Vagos. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o segundo Secretário, senhor Tony Richard de Oliveira Almeida, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a minuta da ata à votação tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, quando eram cerca das dezanove horas e cinquenta e cinco minutos, da

qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente da Mesa, e por quem a lavrou. -----

----- **O Presidente,** _____.

----- **O(A) Secretário (a),** _____.